

EDUCAÇÃO BRASILEIRA E A CULTURA NA NOVA CONOTAÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR: UMA RETOMADA HISTÓRICA

Autor: Jefferson da Silva Pia

Universidade Federal da Paraíba (UFPB) - jefferson.silvap8@gmail.com

Co-autor: João Pedro dos Anjos Figueirêdo

Universidade Federal da Paraíba (UFPB) - pedrodosanjos.f@gmail.com

Co-autor: Ricardo Targino Pereira

Universidade Federal da Paraíba (UFPB) - ricardismojp@gmail.com

Resumo: A educação no Brasil passou por diversas fases desde a chegada dos colonizadores. A alfabetização, o ensino da doutrina cristã, a música, o elitismo eurocêntrico e masculino; tudo isso até chegar na educação conscientizadora. Este artigo se propõe a fazer uma retomada histórica destas fases chegando até a Educação Popular e sua nova concepção em meados dos anos de 1960 através de grupos populares utilizando-se da cultura. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica para possibilitar um entendimento deste processo educacional movimentado que o Brasil passou e tem enfrentado ainda nos dias atuais.

Palavras-chave: Educação brasileira. Alfabetização. Educação Popular. Cultura. Grupos Populares.

1. Introdução

A escolarização no Brasil está ligada aos jesuítas que criaram escolas e instituíram colégios e seminários, que foram espalhados pelas regiões do território.

Dermeval Saviani (2013) atribui à história da educação brasileira com a chegada dos primeiros grupos de jesuítas em 1549. Este divide a educação em quatro fases. A primeira abrange o período de 1549 até 1570 e se inicia com o aprendizado do português para os índios, seguido da "doutrina cristã, a escola de ler e escrever e, opcionalmente, canto orfeônico e música instrumental" (2008, p. 126). Quando a elite desejava ingressar em algum curso superior dirigia-se à Europa, para a Universidade de Coimbra.

A segunda fase vai de 1570 até 1759, vem a consolidação da educação jesuítica direcionada no *Ratio Studiorum*, tinha um caráter universalista (por ser um plano que todos os jesuítas onde quer que estivessem deveriam adotar) e elitista (dava-se valor e voz aos filhos dos europeus e conseqüentemente desprezava-se os indígenas). O plano empregado era o Plano de Nóbrega dividido em duas etapas, a primeira era conhecida como “estudos inferiores”, que abrangia retórica, humanidades, gramática superior, gramática média e gramática inferior. A segunda etapa era chamada de “estudos superiores”, onde estudavam filosofia e teologia.

De acordo com Saviani (2013) o ideário pedagógico da *Ratio Studiorum* era o seguinte:

As idéias pedagógicas expressas no Ratio correspondem ao que passou a ser conhecido na modernidade como pedagogia tradicional. Essa concepção pedagógica caracteriza-se por uma visão essencialista de homem, isto é, o homem é concebido como constituído por uma essência universal e imutável. A educação cumpre moldar a existência particular e real de cada educando à essência universal e ideal que o define enquanto ser humano. Para a vertente religiosa, tendo sido o homem feito por Deus à sua imagem e semelhança, a essência humana é considerada, pois, criação divina. Em conseqüência, o homem deve empenhar-se em atingir a perfeição humana na vida natural para fazer por merecer a dádiva da vida sobrenatural (SAVIANI, 2013, p. 58).

A terceira fase entre 1759 e 1808 é o período pombalino que se dá pelas mudanças propostas pelo Marquês de Pombal, que expulsa os jesuítas e constitui as aulas régias,

não passou de um esboço que não chegou propriamente a se efetivar, por diversas razões, entre as quais podemos mencionar: a escassez de mestres em condições de imprimir a nova orientação às aulas régias, uma vez que sua formação estava marcada pela ação pedagógica dos jesuítas (SAVIANI, 2013, p. 128).

A quarta fase se inicia em 1808 até 1822, teve início com a chegada de Dom João VI ao Brasil. Na educação apresentou cunho positivo, pois neste período foram criados a biblioteca nacional, teatros, jornais e cursos superiores na Bahia e no Rio de Janeiro que antes eram proibidos. Contudo a educação que era disponibilizada passou muito tempo voltada para uma minoria, à classe dominante e masculina.

As organizações das estruturas sociais estão no foco do texto de Florestan Fernandes (1964) que faz uma análise da educação na sociedade. Onde é exigido que os agentes sociais tivessem o poder de discernimento diante de novas

situações, escolhendo o caminho dentro das adequações possíveis. Como afirma Florestan Fernandes:

a educação ideal, seria aquela, que preparasse os indivíduos para as escolhas que respondessem, em termos da dinâmica do sistema social, às exigências de reintegração do padrão de equilíbrio da ordem social (FERNANDES, 1964, p. 173).

A sociedade, portanto, procura adequar os seus membros, e utiliza a educação como uma técnica social de manipulação da consciência, da vontade e das ações dos indivíduos.

Os cidadãos que juntos buscam uma melhoria para sua sobrevivência como também para sua convivência, assim, partindo do princípio de igualdade busca suprir todas as dificuldades impostas pelo cotidiano.

Contudo, Sodré (2008) entende que “povo” é um agrupamento das classes, das camadas e dos grupos sociais que estão engajados nas soluções dos problemas, tendo em vista o desenvolvimento crescente e inovador na região em que estão situados.

Sodré (2008) considera algumas fases para definir o significado de povo no Brasil, a da Independência. Assim o autor diz que este é um problema político fundamental, no Brasil, especificamente na segunda metade do século XVIII, particularmente no seu final e realizar esta tarefa constitui além de tudo um caráter progressista, entra na fase da república, onde desaparece a igualdade porque, em áreas específicas, as relações foram paulatinamente substituídas por novas relações. E por último a revolução brasileira, a partir de agora se trata de acabar com a classe latifundiária que se tornou obsoleta devido ao desenvolvimento do país, substituir, quebrando o vínculo que tinha com o imperialismo, este que interferia no progresso nacional.

O povo, como em fases anteriores, divide-se em vanguarda e massa. Que de acordo com Sodré (2008), massa é a parcela do povo que possuem pouca ou nenhuma consciência de suas preferências. A vanguarda tem as funções de educar e indicar as ações da massa, este interesse em controlar a massa faz com que essa vanguarda sempre tenha suas operações voltadas para que a massa não tenha acesso à tomada de consciência, sendo assim as forças conservadoras opõem-se fortemente a validar a liberdade de escolha, permanecendo interessadas em

dificultar ao máximo que as massas tomem consciência dos assuntos que são de seu interesse e de como defendê-los, e como fazer para se organizarem para tal ação.

Sodré (2008) ainda ressalta sobre quem seria o povo, hoje, no Brasil. Seria a parte alta e a parte média à burguesia, fiéis para com o seu país, a pequena parte burguesa que busca defender seus direitos, e o semiproletariado e o proletariado estão organizados de maneira mais ampla e ficam encarregados pelas ações políticas.

Desde a inserção da educação até os dias atuais podemos perceber que o “povo” vem tendo seus direitos por vezes ceifados, a grande “massa” é conduzida para realizar os desejos de uma minoria que detém o poder no Brasil.

2. Metodologia

Foi utilizada para a escrita deste artigo a pesquisa bibliográfica, com uma abordagem qualitativa, com uma revisão documental sobre a história da educação no Brasil e o surgimento de um novo conceito de Educação Popular utilizando-se da cultura como meio de propagação de sua intencionalidade crítica conscientizadora.

Segundo afirma Oliveira (1999, p. 117), “as abordagens qualitativas facilitam descrever a complexidade de problemas e hipóteses, bem como analisar a interpretação entre variáveis, compreender e classificar determinados processos sociais”. De acordo com Oliveira (2010, p. 59), a pesquisa qualitativa “pode ser caracterizada como uma tentativa clara de explicar em profundidade o significado e as características do resultado das informações obtidas sem a mensuração quantitativa de características ou comportamento”.

3. A cultura na Educação Popular

Educação e cultura sempre andaram de mãos dadas. Neste texto vamos perceber como a educação fomenta a cultura e como a esta contribui para uma educação libertadora. A ideia de libertação está intimamente conectada ao conceito de Educação Popular, às suas intenções e à sua finalidade proposta em meados dos anos de 1960 no Brasil.

Paulo Freire (1921 – 1997) em seus trabalhos deixou claro que a cultura é uma importante aliada ao processo de educação para liberdade. Sua proposta educacional sempre visou promover um indivíduo autônomo, consciente, capaz de refletir sobre a realidade, mas não apenas refletir, mas também agir sobre ela, criando e recriando.

Dentro desta visão, Saviani (2013, p. 533) traz dois conceitos chave em Freire, são eles “ação cultural” e “revolução cultural”. Sendo o primeiro o que precede a transformação estrutural da sociedade para a libertação em oposição às classes dominantes; e o segundo, o que sucede esta transformação. Sendo assim, quando falamos da ligação entre cultura e educação, estamos nos referindo à relação de poder, à valorização do que é produzido pelo povo, à conscientização, à luta, à libertação, à politização, à economia.

Cultura para Freire (2013, p. 115) é “o acrescentamento que o homem faz ao mundo que não fez. A cultura como o resultado de seu trabalho. Do seu esforço criador e recriador”. Segundo ele, é produzida por diferentes movimentos e grupos culturais constituidores do povo. Com isso vemos que cultura também tem a ver com libertação, com conscientização, palavras chave dentro da Educação Popular. Sobre esta relação entre cultura e educação, Fiori no prefácio de Pedagogia do Oprimido afirma:

A cultura marca a aparição do homem no longo processo da evolução cósmica. A essência humana existencia-se, autodesvelando-se como história. Mas essa consciência histórica, objetivando-se reflexivamente surpreende-se a si mesma, passa a dizer-se, torna-se consciência historiadora: e o homem é levado a escrever sua história. Alfabetizar-se é aprender a ler essa palavra escrita em que a cultura se diz, e dizendo-se criticamente, deixa de ser repetição intemporal do que passou, para temporalizar-se, para conscientizar sua tempo- ralidade constituinte, que é anúncio e promessa do que há de vir. O destino, criticamente, recupera-se como projeto (FIORI in FREIRE, 1987, p. 9).

A educação é um fenômeno social que se manifesta social, histórico e culturalmente.

Diante disto, como a Educação Popular chegou a falar sobre cultura? Quais as implicações da economia dentro do cenário cultural de um povo? Como se dá essa relação de poder e como se libertar da opressão trazida por ela? A Educação Popular usa a cultura, e esta promove a educação. A seguir trataremos destas questões, suas origem e seus apontamentos.

4. Uma nova conotação para a Educação Popular

Ao nos referirmos ao cenário educacional na metade do século XIX no Brasil, vemos que a educação foi bastante movimentada tendo sua finalidade apontada para a politização do povo conforme diz Saviani (2013, p. 316). O movimento populista lidava com a mobilização das massas, com isso, dependiam delas no processo eleitoral.

A população em grande parte sofria com o analfabetismo, e como para poder votar, o indivíduo precisava ser alfabetizado, os governantes acharam a solução para isto em campanhas de alfabetização, tais quais:

- 1947 – 1963: Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA)
- 1952 – 1963: Campanha Nacional de Educação Rural (CNER)
- 1958 – 1963: Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo
- 1962 – 1963: Campanha Nacional contra o Analfabetismo

Neste mesmo período foi criado o Movimento de Educação de Base (MEB), sendo de responsabilidade da Igreja Católica e dirigido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), tinha em sua origem a intenção de catequizar, contudo, logo se distanciou de seu objetivo original e se caracterizou por promover politização e conscientização da população (Saviani, 2013, p. 317). E aqui vemos o início do novo sentido adotado pela Educação Popular.

O quadro a seguir nos dá um panorama da sociedade nos anos de 1960, quando a Educação Popular recebeu um novo sentido, uma nova conotação.

Quadro 1 – Década de 1960 no Brasil

Cenário Político e Econômico	Categorias Centrais	Educação
Projeto de desenvolvimento econômico nacional	Cultura Popular – Centro Popular de Cultura, Movimento Cultural Popular, Movimento de Educação de Base	Alfabetização de adultos
Governo Populista	Conscientização	Educação para conscientização e politização

Movimentos de reformas de base	Direito ao voto condicionado à alfabetização	Educação Popular (do povo, pelo povo e para o povo)
		Freire e experiências populares de alfabetização

Fonte: O autor (2018)

A Educação Popular remetia à instrução elementar mediante implantação de escolas primárias, lidava com instrução pública com o intuito de erradicar o analfabetismo. Contudo, na década de 1960, a preocupação não se restringe apenas ao fator analfabetismo, mas é mirada a participação política das massas, a conscientização da realidade através da educação. Nas palavras de Saviani (2013):

A expressão “educação popular” assume, então, o sentido de uma educação do povo, pelo povo e para o povo, pretendendo-se superar o sentido anterior, criticado como sendo uma educação das elites, dos grupos dirigentes e dominantes, para o povo, visando a controlá-lo, manipulá-lo, ajustá-lo à ordem existente (SAVIANI, 2013, p. 317).

Essa nova conotação da Educação Popular cresceu e foi apoiada por iniciativas como os Centros Populares de Cultura, Movimento Popular de Cultura e o Movimento de Educação de Base, todos ratificando a intenção de transformar as estruturas sociais valorizando a cultura do povo, com um viés nacionalista. E aqui se mostra a ligação entre cultura e educação, pois estes movimentos visavam a conscientização da população através da alfabetização centrada na própria cultura popular. Com isso, estes Centros de Cultura foram se multiplicando. Saviani (2013, p. 318) afirma que “a cultura popular se liga diretamente à ação política, pois, enquanto expressão autêntica da consciência e dos interesses e necessidades das massas, as prepara para a revolução”.

5. Conclusão

A educação brasileira passou por muitas mudanças até chegar na Educação Popular tal qual a conhecemos hoje, contudo, isto não implica dizer que ela estagnou. A cultura, por exemplo, ainda é utilizada muitas vezes para a execução do processo educativo, no entanto, a cultura na qual o aluno está inserido deve ser o ponto de partida para o desenvolvimento da mesma.

Isto nos mostra a importância de se falar de cultura dentro da Educação Popular, pois desde a sua concepção tal qual a conhecemos atualmente, ela está ligada à cultura alimentando-a e sendo por ela alimentada.

As classes dominantes têm se utilizado da mundialização da cultura para se beneficiar, e a Educação Popular com este objetivo de conscientizar, se mostra como um instrumento para a libertação, para a (re)criação cultural fazendo os jovens de classes populares (neste caso específico) pensar, julgar e agir como agentes ativos de suas histórias.

6. Referências

FERNANDES, Florestan. **A educação em uma sociedade tribal**. In PEREIRA, Luiz e FORACCHI, Marialice, Educação e sociedade: leituras de sociologia e história. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1964.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SODRÉ, N. Werneck. **Quem é o povo no Brasil?**
<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/povonobrasil.html>

SODRÉ, N. Werneck. O que se deve ler para conhecer o Brasil. 6ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand, 1988